



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA — SIVAM		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 000952/01	DATA: 19/09/01
INÍCIO: 14:40	TÉRMINO: 15:43	DURAÇÃO: 1:03
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1:04	PÁGINAS: 25	QUARTOS: 13
REVISÃO: ANTONIO MORGADO		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCIANO SUASSUNA – Jornalista.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos da presente reunião. Tendo sido distribuída cópia da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Deferido o pedido do nobre colega, em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir acerca dos seus termos, passamos à votação da mesma. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada a ata da reunião anterior. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à audiência das seguintes testemunhas: jornalistas Luciano Suassuna e Eduardo Holanda, autores da reportagem "Escândalo no Planalto: conversas fulminantes", de 22 de novembro de 1996. Pergunto ao secretário se as testemunhas estão presentes. *(Pausa.)* O senhor Luciano Suassuna já se encontra presente. Aguardamos a presença do Sr. Eduardo Holanda. *(Pausa.)* Convido o nobre jornalista, que muito nos honra com sua presença, o jornalista Luciano Suassuna a tomar assento à mesa dos trabalhos. Informo ao depoente que dispõe facultativamente do prazo regimental de vinte minutos para sua exposição inicial. E, após, submeter-se-á a responder perguntas dos membros do Colegiado, iniciando pelo Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura. Peço aos Srs. Parlamentares que queiram inquirir a testemunha o favor de se inscreverem junto a essa secretaria. Concedo a palavra ao nobre jornalista, o Sr. Luciano Suassuna.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - Nobre Deputado Gilberto Kassab, Presidente da CPI do SIVAM, nobre Deputado Confúcio Moura, Relator, boa tarde. Na verdade,



eu recebi a intimação para comparecer aqui, porque a reportagem original tornou público o que se convencionou chamar de escândalo do SIVAM e foi uma reportagem da minha autoria, publicada na revista **ISTOÉ** no final de 1985. Na época, houve já um pedido de CPI do Deputado Arlindo Chinaglia, hoje em São Paulo, e, por pressões, ingerências e pelas coisas naturais da política, a CPI não aconteceu naquela época. Foi criado o que se chamou na ocasião de uma supercomissão, que era uma fusão de três Comissões do Senado Federal que investigou o assunto na época. Não houve também nenhum resultado, nenhum andamento de inquérito administrativo, que eu me lembre, em relação ao Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, no Itamaraty, e também não houve nenhum inquérito e nenhuma abertura de processo na Procuradoria-Geral da República sobre o assunto. Na verdade, todas as investigações na época se limitaram a essa supercomissão, como se chamou. Houve uma sindicância na Polícia Federal, na verdade, para apurar quem tinha vazado a informação, uma vez que as fitas originais faziam parte de uma escuta telefônica autorizada por um juiz. E essa sindicância estava... na verdade, era mais preocupada com os autores do vazamento do que efetivamente com o conteúdo. Em relação ao conteúdo, das denúncias, tudo se limitou a essa supercomissão. Eu fico muito feliz de estar aqui hoje, seis anos depois. Acho que tem... Lamento pela defasagem de tempo, mas espero que ela não seja prejudicial ao andamento dos trabalhos. Mas, de qualquer jeito, é sempre uma boa esperança saber que, seis anos depois, ainda se pretende investigar e esclarecer esse assunto, que sempre ficou meio relegado depois que surgiram outros assuntos, outros escândalos na sequência deste Governo. O SIVAM foi, na verdade, o primeiro escândalo de maior impacto do Governo Fernando Henrique — do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso —, resultou no



afastamento do Embaixador Júlio César, que era Chefe do Cerimonial da Presidência da República e, posteriormente, de um pedido de demissão do Ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra. Mas, enfim, estou aqui para colaborar na medida do possível, sem saber exatamente em que medida as informações da época ainda podem ser úteis. Na verdade, também porque tudo que achava que era mais relevante foi, efetivamente, publicado ao longo de várias reportagens na revista **ISTOÉ**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Agradeço ao jornalista Luciano Suassuna por suas considerações iniciais e passarei a palavra ao nobre Relator, Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Preliminarmente, quero agradecer ao ilustre jornalista Luciano Suassuna por contribuir com esta CPI. E, nesta oportunidade, quero fazer a ele algumas perguntas. Não sei se devo... Faço uma e você responde? Faço todas? Vamos uma a uma? Vamos uma a uma. Bem, a primeira pergunta, Luciano, era se V.Sa. confirma que a origem das gravações são realmente originárias do Centro de Dados Operacionais (COD) da Polícia Federal?

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Sim, sem dúvida. Mas foram gravações, como foi noticiado na época, autorizadas pela Justiça. Tinha um Juiz Federal, se não me engano, o Juiz Irineu — não lembro exatamente, agora, o sobrenome —, teria que ver no trabalho da supercomissão o nome exato e a condição em que ele autorizou esta escuta.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – A segunda pergunta é de que forma V.Sa. teve acesso a essas gravações?

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Foi noticiado depois. Primeiro, tive acesso ao conteúdo das gravações. É isto o que está publicado o tempo todo. Depois,



realmente, a gente teve a compilação de uma fita. E essa fita, que é uma fita editada já, é produto de várias horas de escuta. Na verdade, o que nunca surgiu, até hoje, foi a integra das, provavelmente, dezenas de horas em que o telefone do Embaixador Júlio César ficou sob escuta. Tanto na supercomissão, quanto na época, o que tivemos e o que foi divulgado — televisão, rádio, todo mundo acabou publicando trechos desta fita e reproduzindo — era uma conversa já editada. Uma compilação, talvez, do que seriam os momentos mais fundamentais dessas horas de fita. Mas as fitas originais nunca surgiram, nem na supercomissão, e depois dela também não. Eu tinha algumas fontes que me noticiaram essa história, que teria acontecido essa escuta. Depois, uma delas me passou esses trechos, esse conteúdo de alguns diálogos e, com eles na mão, pude checar a história não só com algumas das pessoas que teriam feito a escuta, mas, efetivamente, com o próprio Embaixador Júlio César, que entrevistei antes de publicar. Quer dizer, todos os trechos que eu tinham conferiam. Ele respondia tudo, explicava, esclarecia o que significava cada frase daquele diálogo, que é o que foi publicado efetivamente.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sendo uma fita editada, V.Sa. não teve conhecimento do inteiro teor delas. Pergunto se houve algum procedimento pericial feito sobre essas fitas previamente à publicação da matéria que tenha comprovado a autenticidade e a integridade delas, se há registros confiáveis quanto ao local, a data em que cada uma dessas gravações foram realizadas.

O SR. LUCIANO SUASSUNA – O que eu tinha eram pedaços do conteúdo. Não foi feita nenhuma perícia, mas a autenticidade delas, quer dizer, o principal envolvido, que era o Embaixador Júlio César, que estava em todos os diálogos, na conversa com ele, ele confirmava todos os trechos e esclarecia todas as dúvidas que eu tinha sobre o real significado das conversas; porque conversas telefônicas



são sempre um pouco truncadas, você solta frases que apenas o outro entendedor vai saber codificá-las exatamente. E para mim foi suficiente essa conversa com o Embaixador porque mostrava a clareza, a exatidão e a própria autenticidade dos trechos que eu tinha em mãos.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – O senhor ainda dispõe dessa fita em seu poder?

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Realmente, não sei agora, porque, na época, mandei uma cópia para a editora e isso fica durante dois anos, legalmente, sob a guarda da editora. Não sei se eles ainda teriam isso. Agora, de todo modo, o conjunto, a fita que eu tinha em mãos era a mesma que a supercomissão — que eu cheguei depois a ter em mãos —, é a mesma que a supercomissão teve também. E a integra dessa fita está no relatório da super... ou nos anais da investigação dessa supercomissão do Senado, exatamente.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Como o senhor foi autor dessa primeira matéria, dessa primeira reportagem, logicamente, V.Sa. teve a preocupação de no decorrer desses anos averiguar todos os efeitos que ela produziu. E mesmo o jornalista, hoje, com o seu papel investigativo muito importante que faz, durante esses seis anos posteriores a este acontecimento, V.Sa. relacionou, comprovou as verdades daqueles indícios de suspeição de tráfico de influência registrado na gravação do Embaixador Júlio César com o Comandante José Afonso Assumpção? O senhor pôde, ao longo do tempo, comprovar a efetividade, alguma coisa, assim, que V.Sa., com a sua percepção, com suas “antenas” ligadas de um jornalista eficiente, durante este tempo o senhor pôde captar alguma coisa nova que venha ratificar as suas advertências iniciais?



O SR. LUCIANO SUASSUNA – Sinceramente, não, Sr. Relator. Porque, na verdade, o Embaixador Júlio César — acompanhei um pouco durante um certo tempo —, mas ele ficou sem uma função específica, porque ele iria ser nomeado Embaixador, no México, e ficou sem uma função específica, já que isso foi adiado. Depois, ele virou Embaixador na FAO, em Roma. Na verdade, acompanhamos, lá na revista, apenas esses episódios: na hora em que o Senado acabou aprovando a nomeação dele; depois, chegamos a fazer uma entrevista com o Presidente da Raytheon; quando o SIVAM começou a ser efetivamente instalado, as bases começaram a ser construídas. Mais nesses pequenos episódios assim. Com relação à relação dele com o Comandante José Afonso a gente não teve... a gente acreditava que o que tínhamos em mãos era o suficiente para ter sido feita uma boa investigação. E uma das reportagens — acho que duas, três semanas já, depois da primeira reportagem —, todo o texto também foi uma reportagem que eu escrevi, agora, para vir para a Comissão tive a oportunidade de lembrar, tem todo um certo lamento que não tenha sido feito nenhum inquérito administrativo em relação ao procedimento do Júlio César, que era..., que deveria ser talvez de praxe do Itamaraty, não tenha sido feito nenhum inquérito na Procuradoria sobre isso, não tenha sido aberto nenhum inquérito na Polícia Federal para apurar o conteúdo, mas não a sindicância para apurar quem vazou. E que a supercomissão no final não tenha chegado a investigações mais efetivas. No fundo, na época houve uma certa decepção pelo não aprofundamento das primeiras notícias, das primeiras inferências que podiam ser feitas a partir do conteúdo desse grampo telefônico autorizado pela Justiça.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Bem, o senhor sabe que... isso aqui é uma observação que eu extraio de uma reportagem da jornalista Dora Kramer



em que ela fala o seguinte: tráfico de influência depreende alguma vantagem, não é, uma cobrança de propina feita pelo embaixador Júlio César ou qualquer ato que lhe possa auferir vantagem pela proximidade que ele tinha com o Presidente da República. O senhor acha que pela percepção da sua reportagem comprova esses indícios, temos aquela convicção interna, aquela certeza, entre aspas, que poderia estar acontecendo pela maneira, pela fluência das conversas, pelas entrelinhas das conversas? Isso aconteceu de fato ou foi, na realidade, intrigas do poder, ciúme dos companheiros de lá de uma porta ou de outra, na época do Palácio do Planalto, com aquela ciumeira? Porque eles diziam que o Júlio César era um homem muito arrogante, muito conversador, muito imprudente, segundo as expressões da própria jornalista Dora Kramer, e ele facilmente seria odiado naquele ambiente. O senhor percebe que houve realmente intrigas de poder ou realmente dava-lhe a impressão realmente do comprometimento de tráfico de influência?

O SR. LUCIANO SUASSUNA - As motivações pessoais dessa... Isso é sempre uma relação complicada, você nunca sabe se vem primeiro a motivação pessoal e depois, enfim, essa investigação, o grampo e a denúncia, ou se é em função da divulgação do que se convencionou chamar de escândalo do SIVAM é que se afloram as intrigas palacianas. Agora, de fato, o que eu acho é que aconteceram as duas coisas. E isso está muito bem contado nas reportagens que a **ISTOÉ** publicou na época. Para dar apenas dois exemplos ao senhor, quer dizer, uma das fitas é ele antecipando ao Dr. Maurício Bicalho, que era o Diretor da Andrade Gutierrez, que ele seria Embaixador no México e que o México teria 250 milhões de dólares para investir em obras e que com ele lá a Andrade Gutierrez... Enfim, está lá o diálogo, está lá contado isso. Acho que aí tem um canal claro, porque o tráfico de influência não é só usar a proximidade do Presidente da



República, mas usar a sua própria função pública para favorecer alguém ou algum grupo aí. Havia claramente uma pista nesse sentido aí que precisaria ter sido aprofundada na época e, repito, quer dizer, foi uma pena que nenhum procedimento legal e mesmo os políticos, com a investigação da supercomissão, conseguiu chegar a bom termo nisso. E tem um outro episódio também nessa área dos indícios: o Embaixador foi duas vezes aos Estados Unidos a convite da Lier, quer dizer, do comandante José Afonso, e usando um Lier. Ele disse que pagou todas as despesas outras, mas não a viagem, o que teoricamente não poderia fazer no exercício da função pública. A alegação é a de que ele estaria de férias nas duas viagens. Na informação que a gente publicou na época que foi o que a gente apurou, quer dizer, uma ele teria pedido uma licença de oito dias ao Presidente da República e tido uma autorização verbal. Na verdade, estaria numas férias verbais, vamos dizer assim, autorizado verbalmente pelo Presidente aquelas férias. Na outra, não. Então, na outra, teoricamente, estaria no exercício do cargo. Era uma coisa que também deveria ter sido aprofundada e investigada com mais detalhe na época. Infelizmente, não se chegou a bom termo. Em função da eclosão do escândalo, sem dúvida alguma, houve uma grande intriga palaciana. Foram reportagens de capa das revistas semanais três semanas seguidas, quer dizer, com todos esses desdobramentos dos grupos que se armaram de um lado e do outro. O Ministro Sérgio Motta, claramente, estava de outro lado. Outros Ministros do Palácio defendiam um certo abafamento do caso; tentativas de não fazer aquilo prosperar do ponto de vista legal ou jurídico. E, sem dúvida, aconteceram as duas coisas. Acho que existiam os indícios. As fitas são dos diálogos, e as pessoas que a gente ouviu, e a comprovação da matéria são suficientes para mostrar isso. Uma vez não tendo a investigação, até talvez por causa da decorrência das intrigas palacianas, houve,



sem dúvida nenhuma, intriga dessas. Agora, o que motivou o grampo inicial, acho que o Dr. Vicente Chelotti, que era o Diretor da Polícia Federal, o juiz que autorizou a escuta, todos eles podem dar uma resposta muito melhor do que qualquer outra que eu possa ter.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - A citação a respeito do Brigadeiro Mauro Gandra, que teria se hospedado na residência de José Afonso, consta das gravações feitas pela Polícia Federal. E a citação a respeito de Júlio César quanto à sua afirmação de que a viagem patrocinada pelo Sr. José Afonso ocorreu durante suas férias, parece-me que o senhor já respondeu essa pergunta.

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Não, mas acho... Não tenho certeza se as duas constam das gravações. Realmente eu não tenho. Porque, uma vez que tínhamos aqueles diálogos que foram publicados, os três diálogos maiores, tomamos o cuidado de ouvir todas as pessoas que estavam citadas de alguma forma naquilo ali. E algumas pessoas detalharam um pouco ou traduziram o significado daquilo. Então, realmente, lendo as reportagens ontem e hoje — até para me preparar um pouco para o depoimento —, eu não consegui me lembrar efetivamente se eram coisas que estavam nas gravações, ou se foram informações prestadas pelos próprios. Agora, de qualquer jeito, é de uma autenticidade total, porque se não estavam nas gravações, foram detalhes que foram acrescentados pelos próprios envolvidos e nunca foram contestados. Quer dizer, essa reportagem nunca foi objeto de nenhum processo, nunca foi contestado, nunca teve, enfim, nada, nada. Sei anos depois, acho que tinham que tomar, mas que... claramente como verdadeiras na sua íntegra.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, estou encerrando minha participação nos questionamentos, mas esta primeira audiência é muito



importante, porque tudo nasceu desta reportagem. Então, eu gostaria até que os ilustres Deputados presentes me ajudassem na formulação das perguntas, porque daqui desta reunião poderá sair o fracasso do nosso trabalho ou então o sucesso. E quando eu falo o sucesso, não é nós queremos construir nenhum culpado. Vamos apurar a veracidade dos fatos para, ao final, podermos apresentar um relatório compatível. E todos nós sabemos que, aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, de modo geral, todos os levantamentos são feitos com base na história. Todas as CPIs que estão andando, a do BANESPA, a do FINOR, são coisas que aconteceram há dez, doze, quinze anos atrás. Então, vai depender muito da capacidade da percepção de todos os Parlamentares o levantamento dessas informações fundamentais, para que possamos conseguir um relatório realmente importante, que venha realmente ratificar ou não as afirmações da reportagem do ilustre jornalista Luciano Suassuna. Eu lhe agradeço e encerro minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Convido a testemunha a prestar o compromisso legal, embora invertida a ordem.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Muito obrigado. Passaremos, agora, à continuidade dos debates, passando a palavra ao único Deputado inscrito, Deputado Marcos Afonso.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Sr. Presidente, nobre Deputado Gilberto Kassab, nobre Relator, Deputado Confúcio Moura, inicialmente, quero agradecer a atitude cidadã que o nobre jornalista Luciano Suassuna está prestando a esta Comissão. O fato de vir aqui a esta Comissão e se dispor a esclarecer, muito embora extemporaneamente, concordo com V.Sa. nesse sentido, é um ato de



cidadania muito importante. Então, nós agradecemos a sua boa vontade de vir aqui. E gostaria, também como jornalista que sou, portanto seu colega, de parabenizar pela produção de uma matéria, que nós chamamos uma matéria desse porte de matéria histórica e investigativa, com uma densidade de informação e com uma clareza de espraçamento transparente. Sr. Presidente, Sr. Relator, lendo uma matéria como essa, qualquer cidadão brasileiro, minimamente informado, ele cria com isenção, porque os fatos são gritantes, uma observação crítica sobre o assunto. É profundamente lamentável que, seis anos após, somente a Câmara dos Deputados venha a se posicionar em uma investigação, como muito bem o nosso Relator colocou. Esta Comissão é uma comissão de investigação, essa é a nossa primeira audiência. Talvez o senhor inclusive poderá voltar posteriormente para nos ajudar a esclarecer alguns dados especialmente para o nosso Relator que tem muita competência para isso. A proposição dessa Comissão foi feita por um colega Deputado Federal, que hoje ocupa um cargo de Estado e portanto não pode estar aqui para abrilhantar ainda mais os trabalhos, que é o Deputado Arlindo Chinaglia, que fez o Requerimento de nº 23, de 1996. Nesse requerimento, ele invoca a reportagem que V.Sa. escreveu, que é co-autor, e o requerimento nós podemos dizer que é uma síntese muito precisa de toda a reportagem. E, no ponto 8 do requerimento do nobre Deputado Arlindo Chinaglia, ele chega a escrever o seguinte para justificar a CPI: "Tais fatos gravíssimos revelam, além de uma íntima ligação do Embaixador Júlio Gomes com o Sr. José Assumpção, o exercício de **lobby** ilegal de ambos, por meio provavelmente do oferecimento/pagamento de propinas a autoridades públicas e do exercício de advocacia administrativa e tráfico de influências". Eu penso que esse ponto 8 é o cerne da questão. Como tão elegantemente o nosso Relator já fez perguntas que são técnicas e necessárias



para que nós pudéssemos dar esse primeiro passo nos trabalhos da Comissão, quero inicialmente, Sr. Presidente e Sr. Relator, colocar que o nosso objetivo nessa Comissão, inclusive eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, é de nós questionarmos, investigarmos a fundo a forma, o processo, os instrumentos que levaram a esse escândalo, em 1996. Mas em nenhum momento — queremos deixar claro aqui — queremos questionar o conteúdo, a importância do Projeto SIVAM para a região amazônica, a importância do projeto para a defesa geopolítica do nosso País, a importância do projeto especialmente hoje nesse mundo tão inquieto e nessa globalização excludente que inclusive quer extinguir o Estado Nação. Não sei se o Regimento me permite mas gostaria apenas de fazer uma, não digo nem uma pergunta, mas gostaria de ter uma opinião do cidadão Luciano Suassuna. Eu sei que, como jornalista, eticamente nós temos um conjunto de regras a seguir: preservação de fontes, devemos nos omitir de opiniões pessoais ao longo da matéria. Você demonstrou muita isenção e altíssimo nível de responsabilidade nesta produção jornalística, mas gostaria de perguntar ao cidadão Luciano, como pessoa integrante deste País, que depois evidentemente acompanhou muito cuidadosamente todo o desenrolar do processo, o senhor tem alguma dúvida de que nesse processo do SIVAM não houve nenhuma inquietação legal? O senhor tem alguma dúvida de que esse processo foi plenamente transparente? E que realmente ele foi iniciado sob as brumas de uma ação que contradiz o Estado de Direito e a sua legalidade? Uma opinião sua. Gostaria que o senhor pudesse responder, Sr. Presidente, se for possível como cidadão mesmo. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Esta Presidência agradece a manifestação do Deputado Marcos Afonso. E antes que o jornalista



Luciano Suassuna use da palavra, passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Deputado Antonio Feijão.

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Nobre Deputado, colega de profissão, primeiro obrigado pelas palavras elogiosas. No histórico desse SIVAM, quer dizer, já havia, especialmente no início do Governo Fernando Collor, um grande rumor de que pelos interesses envolvidos, já que se estaria, na verdade, ao final dele mapeando toda a Amazônia; pelos valores envolvidos, já que seria um projeto que ao final poderia chegar a 5 bilhões de dólares — é 1,4 bilhões de dólares, era essa a primeira a etapa do SIVAM; pelas empresas envolvidas, já que quem tinha tecnologia para fornecer aparelhos, equipamentos com um projeto dessa envergadura, eram basicamente a Thomson, francesa, e a Raytheon, americana. Sempre houve um certo rumor de um lado e de outro, de pressões de um lado e de outro, de que um dos lados sempre estaria usando de meios, mas nada que se conseguisse comprovar. Antes mesmo dessa primeira reportagem que resultou no que se chamou o escândalo SIVAM, aconteceram alguns desentendimentos, vamos dizer assim, porque havia sido feito a empresa..., que era a ESCA, que iria cuidar de todo o SIVAM. E essa empresa, antes que o SIVAM chegasse efetivamente a ser aprovado no Senado, o projeto SIVAM tivesse, ela já tinha tido algumas complicações. Não me lembro exatamente quais são, mas foi uma história que acompanhei durante um tempo e em algumas das reportagens publicadas pela **ISTOÉ**, não que eu tenha escrito, mas algumas das reportagens publicadas na época remetiam já a esses pequenos desentendimentos, vamos chamar assim. Acho que sem dúvida nenhuma é um projeto fundamental para o País, para a segurança do vôo, para tudo que se refere à própria segurança nacional na Amazônia. Basta lembrar o caso daquele vôo da VARIG que acabou se distanciando



radicalmente do seu destino para mostrar a importância de ter todo um aparelhamento e uma vigilância por radar nessa região brasileira. Agora, acho que a reportagem, ela já contém os seus, vamos dizer, as suas indagações sobre a legalidade ou a integridade de todas as operações que estavam em andamento. Acho que elas já têm alguns questionamentos. E, realmente, lamento que na época não se tenha aprofundado essas investigações. Espero, e, sem dúvida nenhuma, estou à disposição da Comissão, para o que for preciso, no que eu puder ajudar, apesar de achar que não seja um trabalho de grande valia mais, já que tudo o que eu tinha de mais importante foi publicado. Mas estou à disposição da Comissão, para que realmente a gente esclareça isso. Acho que é uma questão que ficou no ar. E acho que é por isso que existe uma CPI do SIVAM hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Nós indagamos se o nobre Deputado Marcos Afonso ainda tem algum questionamento para fazer ao depoente.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Não, Sr. Presidente. Como se trata do nosso primeiro passo, eu creio que o nobre Relator já fez tecnicamente as perguntas necessárias. Eu gostaria apenas, por formalidade, de... Eu tenho certeza que o nobre jornalista Luciano Suassuna continua mantendo a veracidade de todos os fatos que a **ISTOÉ** publicou na época. Eu gostaria apenas que ficasse, para nortear nossos trabalhos, oficialmente já constatando na nossa Secretaria, esse instrumento. Vamos chamar esse instrumento de instrumento de reportagem cidadã, para que a gente possa, em cima desse instrumento, começar em seguida as audiências públicas. É uma sugestão que eu faço, para que a gente possa ajudar a nossa Relatoria. Agradeço a resposta do jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Eu gostaria de saber do eminente Deputado Jurandil Juarez se ele gostaria de inquirir o depoente. (*Pausa.*)



Com a palavra Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Muito obrigado, Sr. Presidente. eu queria pedir desculpas. Hoje, essa audiência está um pouco truncada. Começou com a sessão do Congresso se superpondo ao horário natural das nossas reuniões. Isso acaba atrapalhando, não é? A gente tem que tratar de outros assuntos. Por isso mesmo, eu não pude estar presente, como era do meu desejo e do meu interesse. Também é possível que algumas das indagações que eu viesse a ter que fazer já tenham sido feitas pelo nobre Relator ou pelos Deputados que me antecederam. Eu tinha uma pergunta de caráter geral. E aí eu perguntaria muito mais ao faro do jornalista do que propriamente à investigação em si. É sobre a ocorrência desses fatos, o aparecimento de fitas gravadas, não é, algumas delas de forma prosaica, até aparecendo debaixo de viadutos. E essas fitas do SIVAM, no início sim, elas eram uma novidade. Depois, elas passaram a ser quase fatos cotidianos, fatos comuns na nossa vida. Elas já faziam parte do nosso dia-a-dia ou do nosso... cada início de semana pegar a **ISTOÉ** com uma novidade sobre uma fita que foi gravada no Amazonas, que foi gravada em Brasília. E, dentro dos mais diversos assuntos, sempre uma fita. Tanto que o Molina, o Dr. Molina, se transformou em um dos homens mais importantes dessa República, porque ele, decodificando fitas, nos trazia as novidades quase todas as semanas. Bom, no início, eu queria dizer, no início, essas fitas, elas pareciam assim coisas de novidade. As multinacionais aí brigando. Alguém mandou gravar alguém. Mas aí, depois, o BNDES, depois, depois e depois... que olhado agora, o engenheiro de obra acabada pode prestar atenção em verificar quais são os defeitos que tem a construção desse edifício. Eu perguntaria, e aí perguntaria ao jornalista, ao investigador, saindo especificamente dessa investigação, se não lhe pareceu em nenhum momento que isso era uma



orquestração vinda do próprio intestino do Governo, no sentido de levar ao público, trazer ao público, de uma forma inusitada, através de uma denúncia, um assunto da maior importância, para demonstrar a importância dele e também a necessidade de que fosse decidido logo, imediatamente, o que forçaria o Poder Executivo a tomar uma decisão a respeito. Ou se isso seria realmente, assim, uma briga de bastidores, de interesses contrariados, até mesmo de grupos de poder, dentro dos intestinos do poder, querendo pontificar. Basicamente a minha indagação era se isso não era uma coisa do próprio Poder Público, do próprio Governo, do Poder Executivo, querendo forçar uma decisão para que alguma resistência que eventualmente tivesse no Congresso Nacional, ou em outra instância de poder, que pudesse atrasar ou pudesse criar novas investigações. Eu queria fazer isso também **vis-à-vis** o que se tem hoje. Hoje se diz, e a imprensa coloca isso assim com muita precisão, que em razão dos fatos ocorridos, os problemas ocorridos lá nos Estados Unidos, praticamente inviabilizaram essa CPI. Ela não teria mais o que investigar, porque na verdade a existência do SIVAM hoje, comparado com o que aconteceu nos Estados Unidos, passa a ser uma necessidade sentida, ou seja, não haveria ninguém de bom senso que pudesse dizer que o SIVAM não foi... a decisão tomada sobre o SIVAM não foi uma decisão acertada. Essa indagação eu gostaria de fazer. Farei ao jornalista, olhando dessa perspectiva de quem já saiu do olho do furacão.

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Vou tentar responder por etapas alguns comentários, na verdade. Primeiro, se a decisão do SIVAM foi acertada ou não, acho que ela não me cabe. O que me interessava na época era, sobretudo, saber se um projeto que envolvia 1,4 bilhão de dólares em dinheiro público estava sendo corretamente executado, aplicado e não servindo a interesses específicos. E acho que, com isso, a reportagem cumpriu a sua função. Talvez a gente pudesse ter ido



além se houvesse um empenho maior do Governo, da Procuradoria, das instâncias administrativas, dos Ministérios pertinentes e até do próprio Congresso Nacional, se essa CPI tivesse nascido seis anos antes, para realmente a gente chegar a uma conclusão final se todo o processo de encaminhamento, aprovação do projeto do SIVAM foi íntegro e plenamente satisfatório para o Erário Público. A respeito disso, nas reportagens da **ISTOÉ** existem alguns documentos do Tribunal de Contas que também tinham algumas ressalvas a todo o procedimento. Isso pode ser recuperado certamente. Em relação à questão dos interesses que moviam tanto a gravação quanto a divulgação das fitas, eu tinha anteriormente respondido um pouco a uma pergunta do Relator nesse sentido. É muito difícil saber se o que vem antes é intriga política, e ela gera o fato, ou se o fato ajuda a gerar a intriga política, ou até a decisão, no caso. O senhor levantou uma hipótese de que o Governo, eventualmente, teria um interesse em divulgar isso para que fosse tomada uma decisão. Num primeiro momento, pelo menos, na ocasião, a eclosão das denúncias, na verdade, ajudou a refrear um pouco a tramitação do projeto do SIVAM. Ele estava pronto para ser votado, já tinha uma tramitação mais longa e, com toda a história, foi refeito e tal. Era basicamente isso. Se era o Governo...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sim, seria fundamentalmente isso, mas eu queria colocar da seguinte maneira: você focando, tirando do geral para o particular, você focando para uma irregularidade, levantada por uma fita gravada... Vamos nos lembrar da questão do INCRA. O Presidente do INCRA, que fez a gravação, do BNDES e que, embora, no caso do BNDES mais especificamente, as fitas denotem de forma acho que bastante clara a existência de uma tremenda negociata no caso da privatização das Teles, se circunscreveu a questão das fitas do BNDES à exoneração de dois ou três funcionários graduados. E



daí não passou. E, de vez em quando, do armário dessas fitas sai um esqueleto. Mas, da mesma maneira, tanto no SIVAM quanto no INCRA — que saiu o Presidente e morreu a fita, saiu o Presidente do BNDES, depois saiu o Presidente que ficou —, enfim, morreram as fitas. Os fatos, em si... Parece que houve assim uma cumplicidade de todo o mundo, inclusive da própria imprensa, de que aquilo já era o suficiente. Então, nós já havíamos denunciado, e, agora, vamos tocar a vida para a frente. Era nesse particular que eu queria dizer dessa questão do SIVAM. Hoje, nós temos uma situação que uma Força, a Aeronáutica, vai fazer uma licitação para comprar equipamentos, inclusive aviões, e pretere empresas brasileiras, quando nós temos uma empresa altamente eficiente, que concorre no mercado internacional e que é conhecida como sangue brasileiro e tudo, e que poderia ser prestigiada, como faria qualquer outro país — aliás, como fazem todos os outros países, prestigiando a indústria nacional. Isso, aqui no Brasil, aceitou-se até como uma coisa natural. Fez-se o escândalo, se discutiu muito aqui, no Congresso, mas os fatos permaneceram. Alguém diz assim: “Nós vamos soltar esse balão de ensaio, e, aí, depois, a gente recolhe de novo, e vamos fazer assim”. Porque no SIVAM não houve modificação. Na verdade, até o próprio calendário ficou favorecido, na medida em que a implantação começou a ocorrer normalmente. É verdade que a discussão ocorreu.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - Acho que nós estamos com dois anos de atraso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - A verdade é que a discussão ocorreu. Mas não houve modificação no projeto. E, aí, se houvesse, por exemplo, uma apuração, se eventualmente a Casa resolvesse avançar nas investigações, isso demandaria mais tempo. Hoje, não. Tanto que, quero repetir, a própria imprensa diz



que essa é uma comissão que está fadada a finalizar, talvez, com um trabalho relevante, mas que não pode alterar em nada a realidade, porque o projeto já estaria em franca execução.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - Eu vou chegar nos pontos do senhor. Mas, antes, o senhor falou que o Presidente do INCRA, Francisco Grazziano, na época, teria gravado a fita. Quer dizer, a informação que eu tenho, e tudo, desde o começo, foi da Polícia Federal, um braço específico da Polícia Federal, com autorização judicial. Quer dizer, de fato, a gente publicou depois. Ele teve acesso ao conteúdo das gravações até antes de outras pessoas. Ele teria levado o conteúdo para o Presidente. Mas não que ele tivesse gravado e encomendado a gravação. Isso a gente nunca conseguiu confirmar.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu só queria dizer que, quando eu falei no assunto, eu disse que a cabeça dele rolou e ficou por isso mesmo. Foi esse o ponto.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - É. Enfim, chegando nesse ponto, aí, e mais como uma análise política do que se passou, talvez, nesses sete anos de Governo Fernando Henrique, o SIVAM tem uma história curiosa, porque, de qualquer jeito, foi o primeiro grande escândalo desse Governo, escândalo que envolvia as pessoas do Governo. Quer dizer, ele foi feito no mesmo dia em que o Governo colocou o Banco Nacional no PROER. Na sexta-feira... a gente sairia com a reportagem no sábado, mas, na sexta-feira, estava todo o zunzunzum aqui em Brasília. Foi na mesma sexta-feira, à noite, que o Governo estava decretando a intervenção no Banco Nacional. Tinha tido o PROER, e já tinha acontecido a história do Banco Econômico, na sequência o Banco Nacional, mas ele era referente a histórias antigas, não uma coisa que tivesse acontecido durante o Governo Fernando Henrique. O SIVAM tem



um pouco essa importância histórica. Ele foi o primeiro grande escândalo que acabou resultando em pedido de demissão do Ministro da Aeronáutica, coisa que jamais tinha acontecido na história do Brasil foi um Ministro sair após uma publicação de denúncias, de um Ministro Militar sair após a publicação de denúncias; e, ao mesmo tempo, pegar um assessor que ficava a vinte metros do gabinete presidencial, o Chefe de Cerimonial, que também resultou no pedido de demissão dele. E toda uma briga, toda uma intriga política, grupos palacianos divididos, e tal, que resultou disso aí. O que eu acho, na verdade, olhando para trás, hoje, é que o SIVAM mostrou, acabou dando a esse Governo um **modus operandi** bastante eficiente de enfrentar os seus escândalos, sem, contudo, resolvê-los. Na sequência é sempre assim. Quer dizer, você tinha a publicação de uma história pela imprensa. Isso pode ser do SIVAM; ou, depois, a história da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição; ou as fitas do BNDES, a que o senhor aludiu; toda uma mobilização do Congresso para abrir uma CPI e investigar isso, tentar reverter, aprofundar investigações ou reverter decisões já tomadas, toda uma ação do Governo na sua base parlamentar para tentar contornar, abafar o escândalo na sequência. E o SIVAM foi explícito nisso, quer dizer, já tinha o pedido de CPI. Tinha toda uma disposição de se fazer uma CPI, e acabou-se trocando a CPI por uma supercomissão, que, no entanto, não tem os mesmos poderes de investigação que uma CPI tem. E isso ajudou muito a manter o processo ali num certo banho-maria, até que esfriasse um pouco e as coisas seguissem o seu rumo. Quando você tem alguma ação, alguma investigação, alguma obrigação até constitucional de abertura de inquérito, investigação por parte da Procuradoria-Geral da República, na sequência, um processo que é aberto e uma investigação que não anda e, no final, resulta no arquivamento desse inquérito. Foram duas reportagens da **ISTOÉ**. Uma



foi o SIVAM, na primeira semana de dezembro, se eu não me engano, final de novembro; quinze dias depois, a história da pasta rosa. Se o senhor pegar o **modus operandi** do Governo nesses dois casos, ele funcionou para todos os outros escândalos que se seguiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Normalmente não é a praxe, mas como eu estou na condição de interino aqui da Presidência e eu participei dessa supercomissão em 96 — se eu não me engano, o Relator foi o Deputado Luciano Pizzatto —; e, sem dúvida, fui bastante envolvido com as questões geopolíticas, por ter morado em cinco Estados da Amazônia, ser geólogo, ser do Amapá, como o Deputado Jurandil Juarez também o é. E hoje eu assisti aqui na sala ao lado ao representante da PETROBRAS falar que a PETROBRAS investiu em Urucum 8,5 bilhões de dólares! Vou repetir a cifra: 8,5 bilhões de dólares! Então, eu estou colocando essa parte — e separo bem a figura, o cidadão Luciano Suassuna, que nós temos grande admiração —, porque eu vou fazer também algumas colocações sobre esse processo de fazer megarreportagens, algumas delas até já batizadas de “cidadã”. Eu não vejo uma megarreportagem de um lugar em que se gastou 8,5 bilhões para tirar gás e está devolvendo gás para debaixo da terra! Então, o que me preocupa é que, quando eu pego às vezes a revista e leio, por exemplo, tem um Senador dizendo que a revista está a serviço de outro Senador. Quatro meses depois, eu pego a revista, a mesma, e tem um outro Senador dizendo que a revista está a serviço daquele outro Senador. E 40% de uma revista como a **ISTOÉ**, **Veja** e outras mais são patrocinadores, são páginas coloridas de produto. Esquecendo o seu lado profissional, não poderia esta



reportagem ter sido, digamos, o seguinte: até de certa forma favorecido a uma empresa que estaria se prejudicando na licitação, até pelo farto conteúdo e a forma bastante profissional até de investigação, como essas fitas chegaram e da forma que chegaram? Ou seja, esquecendo que, como cidadão e jornalista, você fez o seu trabalho, apurou um fato consumado, mas eu digo: não correria o risco de a revista ter feito ou ter sofrido, favorecendo a um outro grupo econômico? Era a primeira pergunta que eu faria.

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Eu coloco essa pergunta do senhor no mesmo tipo de resposta, que é a questão da motivação. O Relator perguntou se era uma questão de motivação política, se era uma motivação pessoal que gerou esse tipo de fita. Até onde eu tenha a minha informação, não foi uma motivação econômica, não foi um lado que perdeu que mandou grampear, que fez... Por tudo o que já foi publicado e por tudo o que saiu até hoje, não existe nenhum indício disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Então isso favoreceria a tese do Deputado Jurandil Juarez?

O SR. LUCIANO SUASSUNA – Se o senhor quer saber, assim, por que que eu publiquei a reportagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Não, não.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - ...o trabalho, etc., é simples assim: a gente tinha um projeto de 1,4 bilhão de dólares, não são os 8,4 da PETROBRAS em Urucum. Acho até que com essas informações já é o motivo mais do que suficiente para se fazer outras reportagens aí. Sabia que tinha sido gravada essa fita, que essa informação tinha sido levada ao Presidente, e eu fui trabalhar as minhas fontes para poder obter uma informação que já estava circulando, pelo menos num determinado escalão do Governo, com algumas pessoas. O que resulta disso, depois que se



publica, é muito difícil você medir. Podia ter resultado numa CPI que tivesse esclarecido tudo e tivesse tornado desnecessário essa sessão de hoje, aqui; e podia ter resultado em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – O segundo ponto é que nós temos viajado várias vezes com distintas Comissões — e algumas delas até de CPI — e acompanhado a implantação do SIVAM. Então, o SIVAM nasceu com âncora lançada, é um navio que tem uma âncora lançada. Já navega difícil, para se deslocar com o seu peso, imagine com uma âncora solta tocando no fundo do oceano! E eu acho que a revista, ela tem um débito histórico com a Amazônia, porque, ao buscar uma reportagem de tamanha importância, que foi para o momento histórico, nós da Amazônia — e aqui somos quatro Deputados, todos da Amazônia, aqueles algozes da Comissão não estão aqui, da supercomissão —, nós gostaríamos que a **ISTOÉ** fizesse uma grande matéria sobre o SIVAM, para ver as dificuldades que geraram de tudo isso aí, porque uma coisa são os protagonistas do fato, outra coisa somos nós da região, que não temos sensibilidade do Ministério da Fazenda para liberar recurso, que estamos vendo o sacrifício da Aeronáutica, o sacrifício das implantações desses radares, as modificações que nasceram durante a evolução das primeiras implantações. As obras, às vezes, são praticamente tocadas até, às vezes, digamos, com derivações de reservas de próprias instituições militares que têm na região. E era o momento agora de a revista pegar: “Eu vou fiscalizar isso aí.” Porque nós agora gostaríamos que fizesse isso para que mostrássemos para o próprio Governo Federal que nós queremos aquele um vírgula pouco bilhão de dólares, porque eles não apareceram ainda lá nenhuma vez, não passaram o paralelo 13. Eles não querem ir para as latitudes mais baixas do nosso País. E nós gostaríamos de ver esse momento, quer dizer, se a revista, até de certa



forma, fez um ato patriótico, neste momento, a gente queria que investigassem, queríamos que fosse ver seis anos depois. Sr. Relator, eu li três vezes o conteúdo desta CPI e, realmente, não dá para levar adiante. Ou a gente toma uma decisão de desenvolver outros itens que possam contribuir para um resultado desta CPI, como tem sido praxe das CPIs da Amazônia, a CPI da FUNAI, a CPI, agora, das Terras Públicas, que trouxe grandes contribuições... Mas hoje eu acho que a grande contribuição não é só investigar; a grande contribuição era trazer mais para perto do Congresso Nacional o Projeto SIVAM, que foi tão debatido, para não ir para a Amazônia, para a gente tomar consciência dessa situação.

O SR. LUCIANO SUASSUNA - Eu concordo com o senhor. Quer dizer, acho que o fato de ter a CPI do SIVAM, de os trabalhos terem andados, algumas bases terem feito, alguns aviões encomendados, em breve, não só a **ISTOÉ** mas toda a imprensa brasileira, certamente, vai estar avançando sobre esse tema e contando mais espaço ainda. Agora, em defesa da revista — sei que isso não tem nada a ver com o tema da CPI —, mas a revista publicou seguidas reportagens, ao longo do tempo, sobre a Amazônia e tem publicado sempre que algum fato noticioso realmente recomenda. Concordo inteiramente com o senhor, sei das dificuldades, já viajei algumas vezes pela região. Realmente é muito difícil, e acho que o SIVAM é um passo importante para reduzir distâncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Gostaria de perguntar ao nobre Relator se ainda tem algum questionamento a fazer?

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Feijão) – Nada mais havendo a tratar, quero agradecer, em nome de todos nós da Comissão, este grande momento que o jornalista Luciano Suassuna nos presta. A sua reportagem vai ser balizamento



básico desta matéria, que irá evoluir desta CPI. Antes de encerrar, quero convocar sessão para o dia 26/09 do corrente ano, com a pauta a ser ainda comunicada aos membros desta Comissão. Agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a presente reunião.